



Jovens Agricultores

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



*INVESTIR, INOVAR...
E INTERNACIONALIZAR*

REVISTA TRIMESTRAL **# 102**
ABR|MAI|JUN| 2015 | Distribuição Gratuita

Grande Entrevista
Professor Francisco Aveliz

3 EDITORIAL
NOVA DIREÇÃO CRIA CONGRESSO NA AJAP
Eduardo Almendra, Presidente AJAP

4 DOSSIER CENTRAL
A REVIRAVOLTA NA AGRICULTURA
Leonardo Mathias | Secretário de Estado da Economia
A MUDANÇA NOS AÇORES
Luís Neto Viveiros | Secretário Regional da Agricultura e Ambiente dos Açores
A AGRICULTURA NA MADEIRA – O FUTURO QUE QUEREMOS CONSTRUIR
José Humberto de Sousa Vasconcelos | Secretário Regional da Agricultura e Pescas da Madeira
OS JOVENS AGRICULTORES E O NOVO CICLO DA PAC
Arlindo Cunha | Professor da Universidade Católica-Porto e Ex-Ministro da Agricultura
AS EXPECTATIVAS
1º Congresso AJAP nos Açores
FIM DAS QUOTAS LEITEIRAS: DESAFIO OU DESASTRE NACIONAL?

16 GRANDE ENTREVISTA
Professor Francisco Avillez

20 INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INVESTIGAÇÃO
QUINTA DOS AÇORES

23 REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL
PROTOCOLO AJAP E CA

26 ASSOCIATIVISMO
EM DESTAQUE



Eduardo Almendra | Presidente da AJAP

NOVA DIREÇÃO CRIA CONGRESSO NA AJAP

Assumi com gosto e empenho o cargo de Presidente da AJAP desde 31 de Março de 2015, consciente da enorme responsabilidade e desafio que eu e a minha Direção temos pela frente.

Desde logo porque a AJAP, cresce todos os anos, e cada vez tem mais desafios extremamente exigentes, que necessariamente implicam uma articulação permanente entre todos, colaboradores, funcionários, diretor geral e órgãos sociais.

Estamos no início de um novo Programa de apoio e financiamento à agricultura, ambicioso e com alguns defeitos, é certo, mas é com ele que vamos trabalhar, por forma a torná-lo o mais aplicável e adaptado a cada realidade regional.

Lamentamos as falhas, nomeadamente na formação inicial aos jovens agricultores, no acompanhamento e implementação após a aprovação dos seus projetos, na ausência de tutores, pela diminuição do prémio à instalação e pelo aumento dos montantes de investimento exigidos aos Jovens.

As medidas desenhadas até podem aplicar-se a determinadas regiões, mas seguramente não o são para uma boa parte do país. Estranho inclusive, que existam dirigentes destacados do nosso mundo associativo, capazes de categoricamente afirmar a sua discordância em relação à existência do prémio à instalação de Jovens Agricultores.

Denota-se ainda neste PDR uma preocupação muito ligeira com o espaço rural e com o combate à desertificação, sendo a figura do JER - Jovem Empresário Rural - o grande ausente, depois de inúmeras iniciativas e trabalhos diversos com os responsáveis políticos, pensadores e académicos.

Estamos em contagem decrescente para a realização do "1º Congresso Nacional dos Jovens Agricultores", tendo como organizadores a AJAP, as Associações de Jovens Agricultores dos Açores e a Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo, onde seguramente estas problemáticas e outras, serão discutidas nos dias 2 e 3 de Julho, em Ponta Delgada.

Confirmada a presença do Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, do Secretário Regional da Agricultura da Madeira e da Ministra da Agricultura e do Mar, estamos certos que as conclusões serão amplamente discutidas e tidas em consideração pelos respetivos governos.

Agradeço ao excelente leque de oradores e moderadores confirmados, pois sem a qualidade mais do que esperada, das suas intervenções e testemunhos, jamais poderíamos ter a certeza do nível elevado e da expectativa desta importante reunião magna de Jovens Agricultores.

Termino este meu primeiro editorial, agradecendo mais um vez a Sua Excelência o Senhor Presidente da República por se ter associado a esta importante iniciativa da AJAP.

Ficha Técnica

Propriedade, Redação e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970

Director Eduardo Almendra

Coordenação Departamento de Comunicação

Redação Departamento Técnico

Secretariado Olga Leitão

Departamento Comercial Olga Sereno

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT, Gráficos, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I.P.



Leonardo Mathias | Secretário de Estado Adjunto e da Economia

A REVIRAVOLTA NA AGRICULTURA

A irreverência é, sem dúvida, uma característica da juventude. Não a falta de respeito mas a ausência do medo. Investir, Inovar e Internacionalizar são bandeiras inequívocas desfraldadas ao medo e, neste sentido, são bandeiras que os jovens, em especial os agricultores, têm demonstrado ser exemplo.

Portugal assistiu, nos últimos anos, a um decisivo reconhecimento do setor agrícola.

Este foi um caminho de regresso e não um trilho de exílio. Ao contrário de muitos, que pretendem ver na atratividade jovem do setor um curro forçado pelo desemprego, estou seguro que estes foram tempos para o reconhecimento do potencial estratégico do setor.

Em especial o setor agroalimentar, incluindo a fileira florestal, representa hoje 5,6% da economia portuguesa e 12,5% do emprego total, com 76 mil empresas e um volume de negócios de 27,5 mil milhões de euros. É responsável por 20% do total da exportação de bens e 13,8% do total das exportações de bens e serviços, num total de 9,6 mil milhões de euros. São números que revelam não apenas a importância deste setor para a recuperação da economia nacional, como também a confirmação de que são empresas que estão a dar uma resposta particularmente robusta aos novos desafios da internacionalização, com inovação e investimento significativos, singrando num mercado competitivo.

A maldição bíblica a Adão de que “no suor do rosto comerás o teu pão”, enquanto mito fundador da Agricultura, faz hoje cada vez menos sentido. O mérito ao Trabalho, neste como em qualquer outro setor da economia, faz-se não só com

transpiração mas, sobretudo, com a inspiração da coragem, da determinação e do conhecimento.

Permito-me destacar quatro oportunidades que o setor soube aproveitar: O esforço de modernização para acompanhar a evolução tecnológica e dar resposta eficaz às necessidades do mercado e dos consumidores; A capacidade de inovação

das empresas como forma de alcançar maior competitividade; A internacionalização e a exploração de novos mercados e novos modelos de negócio; e, por último, a capacidade de autoregulação. São quatro características que moldam hoje um setor em Portugal e que são a garantia inequívoca do seu futuro.

Ao Estado cabe criar as condições para que as pessoas, em situação de igualdade e no uso da sua liberdade e opção, possam ver o reconhecimento do seu mérito: aos que investem e aos que arriscam, que o façam no quadro

de um mercado de concorrência leal; aos que inovam criando, modernizando, reinventando, que tenham a possibilidade de verem esses frutos amadurecerem; aos que se lançam em novos mercados, que tenham um país atrás de si de que se possam orgulhar e uma rede externa que lhes abra as portas e o futuro.

Numa altura em que o PRODER termina a sua vigência é importante fazer um balanço: foram registados mais de 37.500 projetos, que representam um apoio de 4,5 mil milhões de euros, alavancando um investimento superior a 7,6 mil milhões e com um potencial de postos de trabalho associados na ordem dos 38.500. Nestes dados impressionam as mais de 7 mil medidas para jovens agricultores, que

“
Investir, Inovar e Internacionalizar
são bandeiras inequívocas
desfraldadas ao medo e,
neste sentido, são bandeiras
que os jovens, em especial
os agricultores, têm demonstrado
ser exemplo.”

somaram 650 milhões de euros, num bolo total de 1,1 mil milhões de euros.

No novo ciclo da PAC da União Europeia, enquadrada na Estratégia 2020 – e Portugal é um dos dez primeiros países com Programas Operacionais aprovados, garantindo a continuidade no investimento - concretizou-se a adoção de soluções equilibradas que evitassem ruturas entre quadros de programação, mantivessem níveis de investimento e assegurassem períodos de adaptação compatíveis com as necessidades das explorações agrícolas e empresas agroalimentares.

Portugal, como referido pela nossa Ministra da Agricultura e do Mar, tem hoje um dos dez maiores programas de desenvolvimento rural da União Europeia. Isto é algo de que eu, particularmente e como português, muito me orgulho.

As primeiras medidas disponíveis referem-se ao "investimento na exploração agrícola" e ao "investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas". Neste aspeto em particular, no que toca à área sob a minha tutela, cumpre-me referir, modestamente, o trabalho que foi feito:

Através do Programa "Portugal Sou Eu" promovemos, em parceria com a sociedade civil, a excelência dos produtos, das marcas e das empresas, também do setor agroalimentar português. Neste momento, 1.335 empresas já se inscreveram no portal e existem 2.934 produtos qualificados. Muito em breve será lançada a nova fase deste programa, com o objetivo de garantir a abertura a novas entidades, de forma a incorporar novas valências e permitir a sua maior dinamização. No Ministério da Economia acreditamos que a valorização da produção nacional deve ser entendida como uma forma de aumentar as exportações e de substituir as importações, bem como melhorar a competitividade das empresas.

Por outro lado, temos trabalhado para responder às preocupações dos empresários do setor quanto a desequilíbrios do funcionamento do mercado. Essa resposta foi a criação da PARCA (Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar), com os objetivos de promover a equidade e o equilíbrio da cadeia alimentar, o aumento da transparência do mercado e o equilíbrio na distribuição de valor entre os diferentes setores da produção, bem como o de desenvolver a competitividade da economia portuguesa, estabelecendo uma concorrência saudável e contribuindo para o aumento da produção nacional e da autossuficiência.

Por último, a questão da transparência de preços, tão relevante, em especial, para este setor. Também aqui demos uma resposta, no âmbito dos trabalhos da PARCA, com a entrada em vigor, em fevereiro 2014, do novo regime das PIRC –

Práticas Individuais Restritivas do Comércio. Queremos, no fundo, um mercado que funcione em pleno, corrigindo eventuais falhas. O desconhecimento sobre a distribuição da margem entre a produção e o consumidor final e sobre a percentagem da sua apropriação pelos diferentes intervenientes ao longo da cadeia prejudica, não apenas o normal funcionamento do mercado, mas também a sua gestão técnica e política. Ainda quanto a este ponto, o Governo criou o Observatório da Cadeia de Valor, com a participação de todos os seus intervenientes (produção, transformação, distribuição e consumidores), e que farão certamente um acompanhamento mais próximo das necessidades do setor.

O ciclo de competitividade e crescimento a que assistimos é mérito das empresas. Aos jovens, em especial aos jovens que ousam num setor como a agricultura, deixamos aqui o nosso mais sincero reconhecimento.





Luís Neto Viveiros | Secretário Regional da Agricultura e Ambiente dos Açores

AÇORES EM MUDANÇA

Os Açores, enquanto região arquipelágica atlântica, confrontam-se com particularidades e constrangimentos diversos.

Atualmente, num mundo global cada vez mais liberalizado, a distância dos mercados, quer para obtenção das matérias-primas e fatores de produção, quer para expedição dos produtos finais, é um deles.

Ultrapassar, com sucesso, essas circunstâncias, transformando-as em vantagens competitivas, por via da valorização da origem do que fazemos e de como bem fazemos, implica a definição de estratégias públicas e decisões sobre as medidas e os investimentos a adotar à nossa realidade.

Assim, as verbas alocadas à agricultura e florestas representam a implementação de uma estratégia que tem vindo a ser prosseguida, com resultados positivos, na região, e a inequívoca vontade do Governo dos Açores de reforçar o estímulo ao crescimento sustentado da produção primária, pilar da economia regional.

A agricultura e a agroindústria na região são hoje geradoras de emprego e de riqueza, graças ao dinamismo dos seus empresários, aos investimentos realizados, e à reestruturação e modernização das estruturas produtivas e transformadoras.

Comprovam-no o aumento da produção regional nas áreas da diversificação agrícola, incentivado pela atribuição de cerca de 12 % do investimento global efetuado em toda a

região no último Quadro Comunitário de Apoio (QCA), no sentido de reverter a nossa dependência do exterior e contribuindo para a criação de mais emprego ou auto-emprego.

Por outro lado, os Açores já atingiram o grau de autoaprovisionamento em carne de bovino, expedindo uma parte significativa das carcaças abatidas e aprovadas para consumo.

Na produção de leite, a média por exploração aumentou, em apenas quatro anos, de 150 para quase 200 mil litros. Esse aumento conseguiu-se com menos animais, graças ao melhoramento genético e à implementação de melhores práticas de manejo nas explorações.

Mas comprovativo da evolução do setor é, também, o seu rejuvenescimento, apoiado por medidas públicas.

A população agrícola dos Açores é a mais jovem do país, tendo-se atribuído mais de 6,1 milhões de euros de prémio à 1.ª instalação, em sete anos. Para isso, contribuíram medidas como o resgate leiteiro, a reforma antecipada e o Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas - inédito a nível nacional e exclusivamente suportado por fundos regionais -, que já permitiu a cerca de 300 agricultores açorianos adquirir 1.400 hectares de terra, num investimento global de 18,5 milhões de euros.

Considerando que o rejuvenescimento é essencial ao futuro da agricultura, conseguimos também assegurar um prémio

A população agrícola dos Açores é a mais jovem do País, tendo-se atribuído mais de 6,1 milhões de euros de prémio à 1.ª instalação, em sete anos.

à primeira instalação superior ao do anterior QCA.

Uma agricultura assente na estrutura familiar, como é o caso dos Açores, protagonizada por jovens agricultores, alicerçada em estruturas produtivas ambientalmente sustentáveis, modernizadas e rentáveis, que permitam obtenção de produtos de qualidade, é a chave do sucesso.

Refiro ainda que o setor agroflorestal açoriano, nas suas atividades primárias, representa cerca de 9% do PIB da região, um peso substancial quando comparado com os cerca de 3% a nível nacional. Este setor é, aliás, um polo empregador relevante, com 13,1% da população ativa, percentagem bastante acima dos 10,5% verificados no país ou dos 5,0% na União Europeia.

Estes são indicadores positivos mas o Governo dos Açores não ignora a persistência de algumas debilidades nos domínios das infraestruturas, da inovação produtiva e tecnológica nas explorações e nas unidades de transformação, ou no acesso aos mercados externos, prosseguindo uma política de investimento público nas infraestruturas de ordenamento agrícola.

A sanidade é também uma prioridade da maior importância quando, em causa, além do bem-estar animal, está a qualidade alimentar, a segurança dos consumidores, e a capacidade de assegurar confiança e de poder exportar os nossos produtos além-fronteiras.

Hoje, os Açores, com menos de 3% do território do país, são responsáveis por mais de 30% do total da produção de leite em Portugal e toda a fileira do leite – desde a produção, à transformação e à comercialização –, enfrenta os desafios resultantes do desmantelamento do regime de quotas leiteiras no espaço comunitário.

O Governo dos Açores não concordou com esta liberalização determinada por Bruxelas e contestou-a junto das instâncias nacionais e comunitárias. Na nossa ótica, o regime implementado revelou-se benéfico para Portugal e para a Região Autónoma dos Açores, uma vez que conseguiu combater o atraso estrutural das explorações nacionais em relação aos restantes países da União Europeia.

Contudo, cautelar e paralelamente, foi desenvolvida, na última década, uma política regional de investimento direcionado para as competências dos agricultores, para as infraestruturas de apoios à produção, para os incentivos à modernização das explorações e das unidades transformadoras, que mereceram a adesão dinâmica dos empresários açorianos.

É uma política que vamos prosseguir e reforçar, entendendo que não há uma medida única para combater os previsíveis efeitos do fim do regime de quotas no país e na região. É através de várias medidas públicas e sectoriais que, executadas em conjunto e no âmbito de uma estratégia transversal, englobando a comercialização, capacitamos os agricultores e a indústria a vencer este desafio.

Não abdicamos, contudo, de reafirmar e insistir na defesa de um reforço de apoios ou definição de medidas específicas nesta fase, porque o desmantelamento do regime de quotas leiteiras não ocorre numa conjuntura de normalidade do funcionamento dos mercados, devido ao embargo da Federação Russa aos produtos lácteos europeus, à descida do preço do petróleo que afetou todas as transações com Angola e a um consumo dos países emergentes inferior ao estimado.

Relativamente ao novo Programa de Desenvolvimento Rural, o PRORURAL+, reflete as prioridades estabelecidas pelo Governo dos Açores para a utilização de 340 milhões de euros de fundos públicos disponíveis até 2020, com taxas de cofinanciamento para investimentos nas explorações agrícolas dos Açores entre os 50 e os 75%, quando no território nacional do continente são de 30 a 50%.

A “Agricultura, Pecuária e Agroindústria” é, aliás, uma das três áreas estabelecidas como prioritárias no âmbito da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região - RIS3 Açores. Para que seja implementada com sucesso, promovemos o que consideramos como essencial ao desenvolvimento: a cooperação entre as empresas, a universidade, as entidades públicas e as associações empresariais da região.

O investimento em investigação e inovação neste pilar de desenvolvimento incentiva plataformas de diálogo entre os vários agentes, encorajando a criação de uma rede de parcerias, e promovendo a capacidade de competir pela qualidade e pela diferença, através da aplicação de novas técnicas de processamento, conservação e embalagem que permitam facilitar o acesso a novos mercados e valorizar os produtos.



José Humberto de Sousa Vasconcelos | Secretário Regional de Agricultura e Pescas da Madeira

A AGRICULTURA NA MADEIRA - O FUTURO QUE QUEREMOS CONSTRUIR

O XII Governo Regional da Madeira, que tomou posse no passado dia 20 de abril, no âmbito do qual me foram confiadas as pastas da agricultura e das pescas, quanto ao primeiro vetor mantém o reconhecimento da importância fulcral dos setores da agropecuária e do agroalimentar na estrutura económica, social e ambiental da Região Autónoma da Madeira. Além do emprego, e da maior independência alimentar, a agricultura madeirense, pelas suas características únicas, atrás referidas, preserva uma paisagem humanizada indispensável ao turismo, a mais importante atividade económica da região.

As políticas, medidas e projetos a promover neste ciclo de quatro anos visam dotar os setores das melhores condições técnicas e económicas ao seu exercício, e de competição das suas produções nos mercados, assim assegurando os melhores níveis de rendimento aos seus ativos, e respetivo tecido empresarial. Procurando sempre obter o melhor partido dos fundos disponibilizados pela União Europeia para apoio ao rendimento e ao investimento nos setores agrícola e agroalimentar regionais, e a canalizar, entre outros, pelo POSEI- Medidas de Apoio às Produções Locais, sub-programa Região Autónoma da Madeira, e o PRODERAM 2020, o Governo Regional assume um vasto conjunto de objetivos para o próximo quadriénio. No essencial é prosseguido: colocar as infraestruturas e as competências públicas numa maior proximidade dos interesses e necessidades dos agentes intervenientes nos setores em causa; atrair novos empreendedores para a agropecuária; proporcionar maiores garantias contra fatores adver-

sos e imprevistos sobre as atividades e seus resultados; aumentar as competências dos ativos; relevar e certificar a qualidade distintiva das produções agrícolas e agroalimentares regionais, como melhorar as condições de acesso e de concorrência das mesmas nos mercados, bem como assegurar aos consumidores os maiores níveis de proteção e segurança alimentar.

“
As políticas, medidas e projetos a promover neste ciclo de quatro anos visam dotar os setores das melhores condições técnicas e económicas ao seu exercício, e de competição das suas produções nos mercados...
”

Das medidas que se pretendem implementar, destaco:

- Promover o inventário, a conservação e proteção, através dos devidos registos, do rico património de variedades frutícolas e hortícolas reconhecidamente endógenas, impedindo a sua progressiva dilapidação e, em certos casos, mesmo desaparecimento, como a realização de programas para a reavaliação do seu interesse e potencial produtivo;

- Criar um Banco de Terrenos Agrícolas com o objetivo de facilitar o acesso à terra através da disponibilização

para arrendamento, venda ou outros tipos de cedência, de terras com aptidão para a agricultura, pecuária ou silvicultura pertencentes à Região Autónoma da Madeira, a autarquias locais ou a quaisquer outras entidades públicas ou privadas, assim conferindo oportunidade a que novos empreendedores se motivem aos setores, sobretudo jovens, facilitando a ampliação de projetos já instalados como, simultaneamente, contribuindo para evitar o abandono de áreas com vocação agrícola e prevenir incêndios;

- Reforçar a assistência técnica aos agricultores concentrando e reforçando as competências existentes, de forma mais

eficaz e com maior envolvimento e proximidade às explorações agrícolas.

- Estimular, na articulação dos interesses dos produtores e dos agentes da comercialização, a estruturação de dois modelos de orientação e especialização produtivas, um dirigido à satisfação das necessidades correntes do mercado local, e outro vocacionado para as solicitações dos mercados externos;

- Manter em linha o aprofundamento e consolidação da agricultura e pecuária biológicas, como impulsionar outros métodos e práticas agronómicas sustentáveis, casos da Produção Integrada e da Proteção Integrada;

- Acentuar a atenção, dedicar a outras culturas de importante expressão económica e social, sobre o setor da banana da Madeira, assegurando a sustentabilidade do rendimento dos agricultores, conferindo melhores condições ao exercício da atividade, pesquisando novos mercados de consumo, e defendendo em permanência, em estreita articulação com as outras regiões Ultraperiféricas produtoras do fruto, os interesses da produção europeia, face à designada banana “dólar”;

- Otimizar e ampliar as capacidades laboratoriais instaladas de suporte aos setores agrícola e agroalimentar, fazendo-as melhor corresponder, quer ao nível analítico, quer da produção de material vegetal, à dinâmica das suas necessidades com a redução do recurso ao exterior, como garantindo a mais elevada segurança das produções, e defesa da saúde dos consumidores, principalmente ao nível da resposta a riscos alimentares emergentes;

- Revitalizar o setor pecuário regional, dotando-o das condições mais adequadas ao seu exercício, e valorizando as suas produções;

- Desenvolver estudos com vista à criação de uma Escola Profissional Agrícola que municie os setores agrícola e agroalimentar regionais de recursos humanos habilitados que promovam a sua sustentabilidade e resposta aos desafios futuros, propiciando, entre outros, cursos vocacionais de atividades agrícolas, cursos profissionais técnicos, e cursos de especialização tecnológica;

- Reforçar as ligações ao meio e população rural, propondo e apoiando iniciativas que contribuam para aumentar a notoriedade das produções agrícolas e agroalimentares locais, como das atividades tradicionais, como para a melhoria das competências das pessoas nas áreas da agricultura e da transformação agrícola;

- Progredir na implementação de sistemas de proteção e qualificação das mais importantes produções agrícolas e agroalimentares regionais, facilitando a sua diferenciação e valorização nos mercados, designadamente ao nível dos mecanismos de Denominação de Origem Protegida, Indicação Geográfica Protegida e Especialidade Tradicional Garantida;

- Intensificar, junto dos profissionais do setor agroalimentar, do público em geral, ações de promoção e de comunicação dos produtos agrícolas e agroalimentares regionais sob a égide da marca «Produto da Madeira», relevando a sua qualidade distinta e alicerçando a sua competitividade nos mercados;

Por último, quero deixar aqui a minha expressão de grande apreço e reconhecimento pelo esforço continuado desenvolvido pelos agricultores do continente português e, nestes, sobretudo pelos jovens agricultores, por muito terem contribuído com os resultados do seu trabalho para o crescimento da economia portuguesa, designadamente por via das exportações. Sinal desta capacidade de organização e profissionalização dos agentes e fileiras dos setores, no que respeita às frutas e aos legumes frescos, foi a subida dos mercados externos de 780 para 1.100 milhões de euros entre 2007 e 2014 e, na área dos produtos agroalimentares, um aumento de 480 para 660 milhões de euros, entre 2011 e 2014.



Arlindo Cunha | Professor da Universidade Católica-Porto e Ex-Ministro da Agricultura

OS JOVENS AGRICULTORES E O NOVO CICLO DA PAC

Estamos a arrancar em 2015 com um novo ciclo de políticas comunitárias de apoio ao desenvolvimento económico do nosso país, designadamente no contexto das políticas regional, agrícola, de desenvolvimento rural e de pescas.

No que respeita à agricultura, as novas medidas de política e os respectivos instrumentos de aplicação comportam algumas inovações e diferenciações em relação ao anterior ciclo, quer no que respeita ao primeiro quer ao segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC). Referir-me-ei sucintamente apenas a este último e, dentro deste, focarei os apoios aos Jovens Agricultores (JA).

A aplicação do segundo pilar é feita, como se sabe, através do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR). Verdade seja dita que a arquitectura do PDR não padece dos erros de nascimento do PRODER, pois a sua gestão foi mais participada e beneficiou com a correcção do que correu mal na fase inicial do anterior programa. Mas isso não torna este PDR imune a erros de concepção – que também os tem.

Não vou falar de questões pontuais que o meu intelecto, pela sua limitação, não consegue descortinar, como sejam, a majoração dos apoios para o caso específico das Organizações de Produtores de Cereais, ou para as entidades gestoras do sector da caça que tenham assinado o Pacto Nacional para a Conservação do lince ibérico - essa “emblemática” espécie de fauna selvagem...que já não existia em Portugal há quase um século!

Como também não me vou alongar na opção política de se ter remetido para a abordagem LEADER os apoios aos pequenos investimentos na agricultura, até 25.000 euros e na agro-indústria, até 200.000 euros. Noutra ocasião direi porque penso ser esta uma opção profundamente errada.

Vou centrar-me apenas na Acção 3.1 relativa à primeira instalação de jovens agricultores.

E faço-o através de um exemplo prático. É simplificado, mas tem a vantagem de ser esclarecedor.

Como é sabido, o Governo decidiu indexar o prémio à primeira instalação dos JA ao volume de investimento a realizar no quadro dos respectivos projetos de candidatura: desde um escalão mínimo de prémio por jovem de 15.000 euros, para um investimento mínimo elegível de €55.000, até a um prémio máximo de 26.250 euros para um investimento igual ou superior a 140.000€. Se os candidatos forem membros de uma organização ou

agrupamento de produtores (OP ou AP) os prémios à primeira instalação são ainda acrescidos de €5.000 por exploração e os apoios ao investimento de 10% sobre o referido investimento elegível (mas apenas dos directamente ligados à produção; não os relacionados com a transformação e comercialização).

Temos, então, dois candidatos a Jovem Agricultor (chamemos-lhes António e João, por serem dos mais comuns no nosso País...) que preenchem todas as condições de elegibilidade previstas na Portaria 31/2015 e demais legislação em vigor. Ambos têm um plano empresarial que prevê um investimento

“
No que respeita à agricultura, as novas medidas de política e os respectivos instrumentos de aplicação comportam algumas inovações e diferenciações em relação ao anterior ciclo...
”

de 140.000 euros. Ambos residem em áreas menos desenvolvidas e pretendem instalar-se no setor da viticultura, por exemplo, ou por ser já um negócio de família, ou porque tiveram formação nessa área, ou porque acreditam no futuro deste sector de atividade.

Como nenhum deles tem direitos de plantação, vão ter que recorrer ao futuro regime de autorizações; consequentemente, não terão direito ao regime *forfetário* do VITIS para a instalação das vinhas, mas conformar-se com os apoios previstos na Accção 3.2 do PDR, os quais podem atingir um máximo de 50%.

Divergem é na respectiva estratégia empresarial.

O António apenas quer fazer uma vinha e vender as uvas. Se o terreno não implicar mobilizações e surribas complicadas pode com esses €140.000 instalar uns 10 hectares de vinha. Receberá uma subvenção a fundo perdido de €70.000 por este investimento, mais €26.250 de prémio à primeira instalação.

O João, esse tem planos diferentes. Decide arrendar umas vinhas que estão bem instaladas, em plena produção, mas em risco de serem abandonados por os seus proprietários não conseguirem valorizar devidamente as uvas produzidas, e apostar na produção de vinho de qualidade, orientado para o mercado que já conhece. Entende que tem condições, dimensão, conhecimento técnico e de mercado, para fazer um produto de valor acrescentado que não terá dificuldade em se afirmar pela sua elevada qualidade e diferenciação. Por isso o investimento que vai fazer no quadro do seu projecto de instalação como JA concentra-se na adega: prensa, cubas inox, barricas, máquina para as lavar e esterilizar, filtros, *chiller* para controle de temperatura, etc.

Como, porém, a Portaria 31/2015 não considera os investimentos de transformação para efeitos da indexação do valor do prémio à primeira instalação, o nosso João, no extremo vai fazer o investimento sem ter direito ao prémio à primeira instalação; ou então vai ter que forçar a inclusão de investimentos não essenciais à sua estratégia, reposicionando o investimento em actividades directamente relacionadas com a produção num montante de investimento mínimo de €55.000 para ter direito ao prémio mínimo de €15.000. Como não tem margem para mais voos financeiros, tem que limitar a ambição que tinha quanto às condições que planeava para a sua adega, investindo apenas os remanescentes €85.000 em equipamentos da adega. Receberá, assim, na melhor das hipóteses e com toda a engenharia financeira, uma subvenção de 27.500 euros (equivalente a 50% do investimento na produção), outra de €38.250 (45% do investimento em transformação, esta via programa LEADER, em virtude de ser inferior a 200.000 euros) e um prémio à primeira instalação de €15.000.

Temos, assim, para o António, um apoio total de €96.250 e de €80.750 para o João. Ou seja, um apoio total que cobre 68,8% do investimento no primeiro caso e apenas 57,7% no segundo. E se o nosso António estiver numa OP ou AP, então recebe ainda mais €14.000 (10% de majoração do apoio ao investimento) e um adicional de prémio de primeira instalação de €5.000. Poderá então receber um total de €115.250, que representará 82,3% do investimento total. Contra os 57,7% do João que, por ter optado por fazer o seu próprio vinho, não terá acesso a estas duas majorações adicionais.

Confesso que dei muitas voltas à cabeça até tentar descortinar a lógica do legislador para chegar a esta opção. Fui juntando peças e informações. E, finalmente, lá cheguei à conclusão de que o que se pretende é desencorajar os jovens agricultores de ganharem para si as economias da transformação da matéria-prima que eles próprios produzem e de abdicarem das mais-valias da integração vertical. Ou seja, empurrá-los para serem fornecedores de matéria-prima para outros transformarem; para, no caso da viticultura, se limitarem a vender uvas a 20 ou 30 centimos/Kg a um qualquer comprador que apareça e pague rápido.

Mas o exemplo referente à produção de vinho, aplica-se a todos os setores em que os JA pretendam investir: queijarias para transformação do leite de produção própria, fabrico de azeite, transformação de frutas, etc.

E a minha conclusão foi dolorosa e surpreendente: foi por ideologia! Ou seja, quem nos governa entendeu, lá de cima da sua iluminada sabedoria, que um jovem agricultor não tem o direito de transformar a matéria-prima que ele mesmo produz, porque há capacidade instalada a mais e que, portanto, tem de aderir a uma solução associativa! Ou melhor, tem direito, mas é impiedosamente penalizado por isso. Inspirado em Orwell, direi que para este Governo *há uns Jovens Agricultores mais iguais do que outros*.

E pensava eu que o tempo do regime corporativo do Estado Novo e o da desacreditada planificação socialista já tinham passado à história! Afinal enganei-me!



1º Congresso Nacional dos Jovens Agricultores

Investir, Inovar... e Internacionalizar

São Miguel - Açores | 2 e 3 de Julho 2015

A AJAP VAI REALIZAR O 1º CONGRESSO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES. UMA INICIATIVA EM PARCERIA COM TODAS AS ASSOCIAÇÕES DE JOVENS AGRICULTORES DOS AÇORES E DA MADEIRA/PORTO SANTO

Hélio Carreiro, Presidente da Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses

O que espera deste 1º Congresso da AJAP ?

As expectativas são sempre elevadas para este tipo de eventos, e este mais ainda por ser o 1º Congresso da AJAP levado a cabo na região. Será o espaço ideal para falarmos de inovação, algo que os Jovens Agricultores tanto procuram e também de investimento. Espero que seja a oportunidade para demonstrarmos que existe de facto um setor agrícola jovem e que pretende fazer mais.

O que acha do local escolhido para a realização desta iniciativa?

É uma escolha muito válida e o facto de um Congresso deste tipo ser realizado nos Açores deixa-nos com uma enorme satisfação, até porque somos a zona do país com mais Jovens na agricultura.

E para os Jovens Agricultores, que importância tem este Congresso?

Fundamentalmente a partilha de ideias, será um momento importante para falarmos das experiências dos Jovens Agricultores dos Açores, da Madeira e do Continente. Para além do que pode ser abordado no próprio Congresso, destaco ainda a partilha essencial de informação que pode ser feita entre os diversos participantes, antes e depois da iniciativa.

Anselmo Pires, Presidente da Associação dos Jovens Agricultores Terceirenses

O que espera deste Congresso da AJAP?

Uma reflexão sobre o estado da atividade agrícola em Portu-

gal, especialmente no que diz respeito à contribuição dos Jovens Agricultores para a evolução do setor, e uma clarificação das metas tangíveis.

E o facto de ser nos Açores?

É uma forma de premiar a vontade e coragem dos jovens agricultores Açorianos por acreditarem numa atividade dura e difícil mas digna e profícua.

É um momento importante para os Jovens Agricultores?

Sim, porque é uma forma de destacar a importância dos Jovens Agricultores na projeção da agricultura portuguesa. É pelo seu dinamismo que preservamos e damos continuidade ao trabalho desenvolvido pelos nossos antecessores.

Vitor Castro, Presidente da Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo

Quais são as suas expectativas em relação ao 1º Congresso da AJAP?

As expectativas são bastante altas porque é a primeira vez em muitos anos que a nossa associação volta a participar num congresso desta natureza. Muitos desafios os jovens agricultores têm encontrado nestes últimos anos e existir uma oportunidade para reunir esta classe num evento, por si só já é um facto histórico e de louvar.

E quanto ao local escolhido?

Sempre fui adepto das descentralizações e o fato de ser realizado numa ilha é o início de uma mudança de paradigma. Teria muito gosto e faço questão que o 2º Congresso se realize na Madeira.

Qual a importância da realização deste Congresso para o setor ?

Este Congresso é de uma importância extrema para um sector em forte expansão, e que deverá ser realizado anualmente. Os jovens têm oportunidade nestes congressos de partilhar experiências, ideias, projetos de sucesso, parcerias de negócios, entre outros. Um tema que deveria ser debatido e que não deveríamos chegar ao final do congresso sem solução é o drama do auto-financiamento do projeto.

Rui Bettencourt, Presidente da Associação dos Jovens Agricultores Jorgenses**Quais as expectativas para o Congresso da AJAP?**

Expectamos um debate conciso e sincero da situação dos Jovens Agricultores e da sua integração na agricultura, nomeadamente, que sejam debatidas as dificuldades que o setor atravessa, as valências, as relevâncias e a dinamização dos jovens na agricultura, as virtudes e sucessos alcançados no setor. Esperamos que esta seja uma oportunidade de intercâmbio de conhecimento, o percurso de novas atitudes, de modernização e formas de produção.

É importante que seja realizado nos Açores?

Tendo em consideração a nossa ultraperiferia e o facto de que em algumas ilhas se vive a dupla insularidade, sendo este o I Congresso da AJAP, é um sinal de união e envolvimento da agricultura portuguesa.

São importantes estas iniciativas para os Jovens Agricultores?

O 1º Congresso da AJAP por si só já é de extrema importância, perante as dificuldades e interjeições que a agricultura portuguesa atravessa, e as condicionantes a que os jovens agricultores estão sujeitos. Assim, estamos convictos de que este 1º Congresso, para além de outros que possam advir, será uma resposta nacional a um problema global.

Helder Costa, Presidente da Associação dos Jovens Agricultores do Faial**Quais são as expectativas em relação ao 1º Congresso da AJAP?**

As minhas expectativas enquanto representante de uma organização de produtores e enquanto agricultor é que este

Congresso sirva para unir os agricultores dos Açores aos do Continente, no sentido da partilha de experiências e problemáticas comuns.

O que acha do facto do Congresso ser realizado nos Açores ?

Acho que é importantíssimo e fundamental que os nossos colegas do Continente fiquem a conhecer a nossa realidade.

Qual a importância da realização deste Congresso para os Jovens Agricultores Portugueses ?

Este congresso pode ser determinante para os jovens agricultores, porque apesar das diferenças que existem entre a realidade da nossa região e o Continente, detectam-se também muitas problemáticas comuns e certamente o espírito de associativismo sairá reforçado após esta iniciativa. Os responsáveis pela região e pelo país têm que perceber que realmente os jovens são o futuro e é neles que devem apostar e não limitar. É preciso união para combatermos as injustiças de que estamos a ser alvo.

Pedro Miguel, Presidente da Associação dos Jovens Agricultores Picoenses**Quais são as suas expectativas em relação ao 1º Congresso da AJAP?**

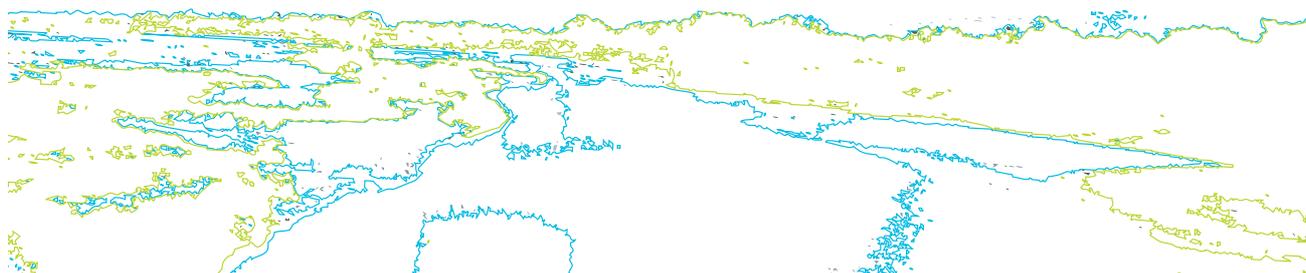
Esperamos a troca de experiências e a partilha de realidades entre todos os participantes.

E quanto ao local escolhido ?

A realização do congresso nos Açores é de extrema importância devido ao facto de sermos uma zona ultra periférica, de termos uma realidade completamente diferente, o que trará ao congresso uma troca de ideias e experiências que vão trazer mais valias para a realização do mesmo.

Qual a importância da realização deste Congresso para os Jovens Agricultores Portugueses ?

Demonstra que estamos cada vez mais coesos e preparados para um futuro que se adivinha de muito trabalho, perseverança e capacidade de inovação.



Departamento de Comunicação | AJAP

FIM DAS QUOTAS LEITEIRAS: DESAFIO OU DESASTRE NACIONAL?

Um fim anunciado há 12 anos.

É difícil reunir consenso em torno do assunto, o fim do regime de quotas leiteiras, em vigor desde 31 de Março de 2015, tem provocado inúmeras reacções e dúvidas sobre o futuro do setor. De um lado os que entendem que a medida vai representar um desafio para os produtores, e do outro os que consideram que a abolição das quotas pode vir a representar um desastre para a fileira do leite.

As quotas leiteiras foram implementadas em 1984 e chegaram ao fim 31 anos depois de terem sido criadas para equilibrar a balança da oferta e da procura, e travar a consequente descida do preço deste produto.

O mercado do leite foi liberalizado e durante este primeiro ano sem limitações à produção a Comissão Europeia (CE) prevê que as entregas de leite aumentem cerca de 1%. Da CE chega também a previsão de que o final do regime de quotas não vai causar excedentes de produção na Europa, nem grandes oscilações no preço do leite pago pelo consumidor. Bruxelas está optimista e prova disso são as diversas orientações já manifestadas sobre o futuro do setor leiteiro. A chefe da representação da CE em Portugal, Maria D'aires Soares entende que o fim do regime de quotas leiteiras representa “não só um desafio como uma oportunidade para a União Europeia (UE), em termos de crescimento e de emprego no setor leiteiro, que possui potencial para se tornar num motor económico da UE”. Considera ainda que no essencial, o fim das quotas “significará uma simplificação administrativa no que toca ao controlo da produção de leite e seus derivados” e por isso vai obrigar a uma “maior responsabilidade em acompanhar de perto os sinais de mercado.” A representante da CE em Portugal sublinha ainda que “até agora, Portugal produzia cerca de 1,8 milhões de toneladas de leite e que com o fim das quotas leiteiras, passará a poder colocar no mercado 1,98 milhões de toneladas.”

As entregas de leite na União Europeia poderão chegar às 158 milhões de toneladas em 2024, ou seja, mais 12 milhões de toneladas do que em 2014.

Até lá manifestam-se as preocupações. Em Portugal, as

incertezas chegam sobretudo dos produtores açorianos que falam no aumento dos custos de produção, na necessidade de apoios financeiros para assegurar a fase de transição, e num setor onde ainda paira a inquietação perante os grandes produtores de leite europeus que conseguem actuar no mercado ibérico e escoar o excedente da produção.

Para Carlos Neves, presidente da Associação de Produtores de Leite de Portugal (APROLEP), só o futuro poderá vir a confirmar o actual optimismo da Europa em relação a este setor. O dirigente da APROLEP defende que até agora as previsões de Bruxelas “estão a falhar, pois não estava previsto o embargo russo, a redução de importações na China e a redução do consumo de leite na Europa”. O fim deste regime representa sobretudo um desafio “se houver uma ação correta do setor e do poder político, a prova pode ser superada, caso contrário será um desastre”, acrescenta Carlos Neves.

Outra das grandes questões que se coloca é se o setor está preparado para a liberalização do mercado, e neste ponto o presidente da APROLEP entende que essa é uma tarefa essencialmente da indústria que tem que ser capaz de “valorizar o leite recolhido aos produtores e colocá-lo no mercado de forma competitiva, preservando o consumo nacional e conquistando novos mercados”.

O impacto do fim das quotas leiteiras nos Açores ainda é uma incerteza, mas os produtores têm sublinhado que ainda antes do fim deste regime, as indústrias em várias ilhas já baixaram, nos últimos meses, o preço do leite.

No imediato as situações mais preocupantes com o preço baixo e a dificuldade de recolha ocorrem no continente, sustenta o presidente da APROLEP que entende que a produção de leite nos Açores tem um peso enorme na agricultura e em toda a economia local, “razão porque deve ser devidamente acautelada pelo poder político”.

Uma coisa é certa, o desafio de um mercado liberalizado já está a acontecer e os próximos tempos serão decisivos para determinar o comportamento do setor nacional leiteiro que depois de trinta anos está a viver sem limites à produção.

O QUE FOI DITO SOBRE O FIM DAS QUOTAS DO LEITE



Phil Hogan, Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural:

“O fim da restrição à produção e venda destes produtos pode ser visto com optimismo. As perspectivas são encorajadoras, porque a procura nos mercados está a aumentar muito. Como já disse vou continuar vigilante, caso sinta que haja uma ameaça ao mercado leiteiro”.



Assunção Cristas, Ministra da Agricultura:

“A situação vai ser também aquela que nós conseguirmos gerir melhor todos em conjunto, porque pode não haver nenhuma catástrofe se, de facto, pudermos investir, criar valor acrescentado, procurar novos mercados de exportação, coisa que já tem acontecido, nomeadamente, com a abertura, há uns meses, do mercado chinês às empresas portuguesas de laticínios”.

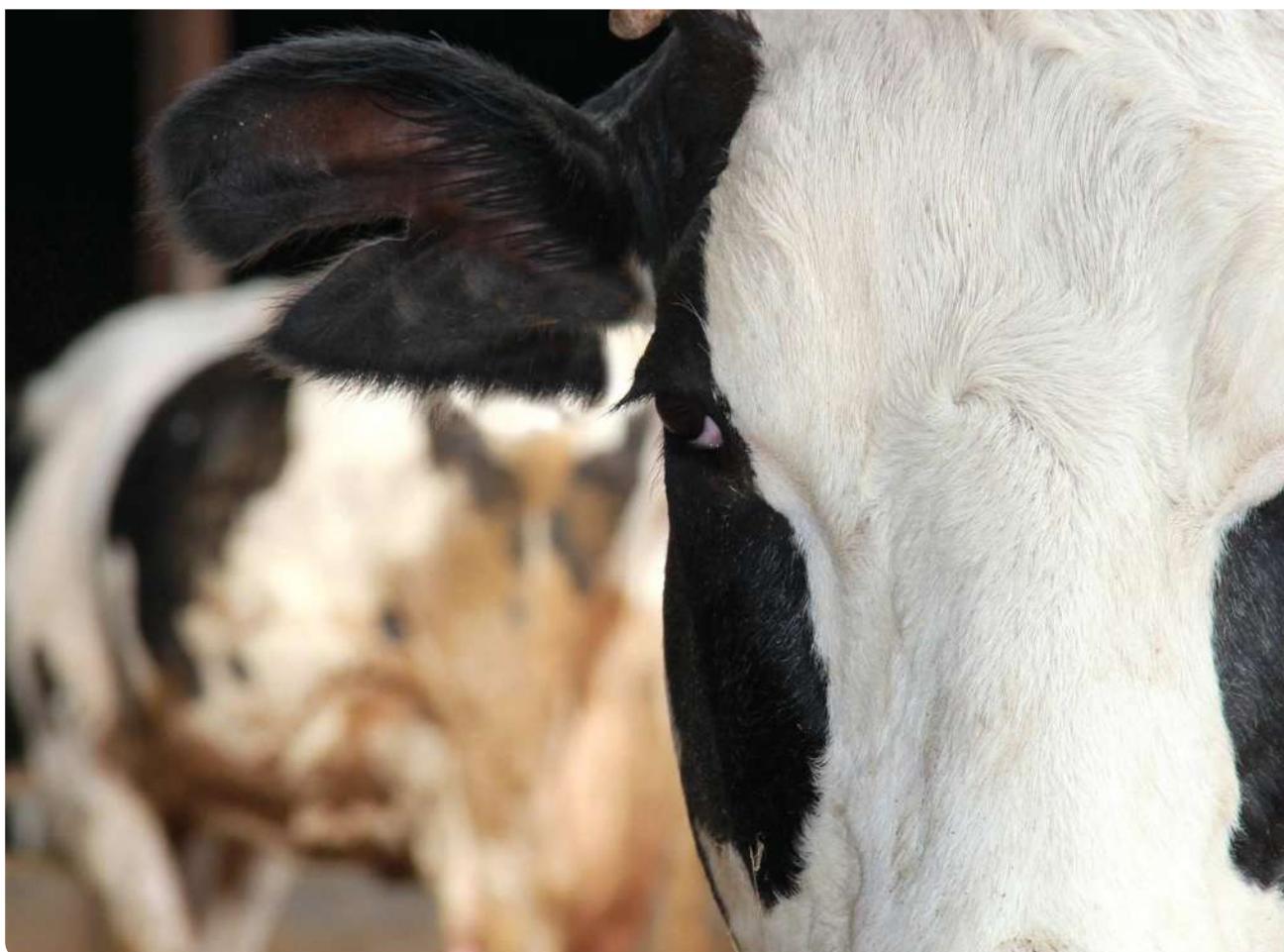


Carlos Neves, APROLEP : “Neste momento, os produtores de leite já estão a ser muito competitivos, estão no limiar da resistência, face às descidas de preço registadas ao longo dos últimos 12 meses.”



Jorge Rita, Presidente da Federação Agrícola dos Açores:

“O fim das quotas pode ser um autêntico desastre, é fundamental negociar com Bruxelas medidas proativas, e não apenas reativas, de apoio ao setor para a fase de transição, ao abrigo da ultraperiferia das ilhas”.



Francisco Avillez: 67 anos, é um dos mais conceituados economistas agrários do país. Os seus estudos e reflexões foram determinantes para a formulação das políticas nacionais nos últimos 25 anos. Professor catedrático emérito do Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.

A nossa agricultura, está hoje melhor ou pior que há uma década?

Eu acho que está melhor, secalhar não está tão melhor como às vezes as pessoas se entusiasmam a pensar, mas está melhor em imensos aspectos. Por um lado melhorou muito a própria atitude do Governo em relação ao setor agrícola, provavelmente também em função do facto de estarmos numa crise económica e dos outros setores terem ficado bastante fragilizados. Pelo menos da parte do CDS-PP houve desde o início um grande empenho em dar prioridade à agricultura. Por outro lado, melhoraram muito as relações entre o Ministério da Agricultura e as Organizações de Produtores, estiveram num ponto muito baixo quando o Dr. Jaime Silva foi ministro, já melhorou quando foi o Dr. António Serrano, e tem vindo a melhorar significativamente, e esse é um ponto extremamente positivo. A questão do Alqueva também favoreceu muito, o aumento da área, um certo entusiasmo em torno de novas culturas, os investimentos realizados e as expectativas em relação ao futuro, tudo isso foi bastante positivo. O que não quer dizer que não continuem a existir problemas - quer do ponto de vista estruturais, quer de mercado, como também do ponto de vista tecnológico - que muitas vezes não são percebidos mas têm de ser equacionados. Aquilo que me parece que é o ponto mais crítico da evolução da nossa agricultura ao longo da última década é o facto do nosso produto agrícola continuar a ter um comportamento pouco favorável, a criação de riqueza, valor acrescentado, gerado pelo setor em volume, portanto a preços constantes, tem continuado a decrescer.

Porquê que isso continua a acontecer?

Há vários fatores, que têm a ver com as transformações que se tem vindo a operar, ao nível dos preços e das ajudas. Eu penso que uma das causas é o facto de estar a diminuir muito a superfície agrícola cultivada. (Não a superfície agrícola utilizada que tem mantido uma evolução relativamente pouco negativa desde a nossa adesão). Há cada vez menos área a produzir e a criar efetivamente riqueza e por outro lado também o modelo de intensificação tecnológica que

temos vindo a utilizar é o convencional que tem feito com que o crescimento da produção se faça muito à custa de um crescimento mais que proporcional do consumo de bens intermédios. Tem havido aqui uma intensificação muito grande que tem sido positiva, a produtividade da terra muitas vezes dizemos que é má e tem melhorado bastante, mas há custos de um consumo cada vez maior de adubos, fertilizantes, energia e outro tipo de serviços, o que faz com que o valor acrescentado diminua. Acho que esse é que é o aspecto mais crítico, é aquele para o qual temos que olhar ao longo dos próximos anos, para ver se é possível fazer, do ponto de vista do enquadramento das políticas, e por outro lado do aconselhamento dos agricultores. A organização de produtores tem que ser cada vez mais forte e pode ter um papel importante nesse aspeto, a investigação e a transmissão de conhecimentos é decisiva. Também temos que saber que este problema, que tem sido um pouco ignorado, existe e se queremos combatê-lo ou não. Não temos procurado os indicadores que melhor nos permitem analisar esta situação, em parte porque também não se gosta muito de falar nos aspectos menos positivos. Por isso é que fui crítico quando muitos diziam que a agricultura estava no fim, eu defendi sempre o contrário, por isso também sou crítico quando dizem que a agricultura é o melhor do mundo.

Tem havido uma certa euforia por parte dos nossos governantes?

Há, mas para os governantes é natural porque eles têm que apresentar resultados, os agentes económicos e as organizações de produtores é que têm de ser cuidadosos ao aderir a essa euforia. Sobretudo os agentes económicos porque o grande risco que correm é fazerem investimentos que não são rentabilizados. Globalmente eu acho que o resultado tem sido positivo e sobretudo sente-se uma atitude completamente diferente, quer das pessoas ligadas ao setor, quer de quem está fora e olha para a agricultura de forma totalmente diferente que olhava há uns anos.

Nós temos em Portugal muitas vezes uma atitude bipolar em relação a diversos assuntos, temos momentos de grande depressão e depois de grande euforia.

E o momento que estamos a passar agora, é de grande euforia?

É de bastante euforia, não é mau de todo se conseguirmos refriar isso e conduzir essas energias no bom sentido, por isso é que é uma boa altura, no meu ponto de vista, para reflectirmos sobre aquilo que vai ser necessário fazer para evitar aquilo que tem corrido menos bem. Nestas alturas, em que há muita coisa a correr bem há tendência para esquecer aquilo que corre menos bem. O nosso grande problema é fazer crescer a nossa economia e o setor agroalimentar pode dar um grande contributo para esse crescimento. Se olharmos para a experiência dos últimos anos verificamos que não foi assim e portanto há qualquer coisa que temos que fazer para inverter essa marcha.

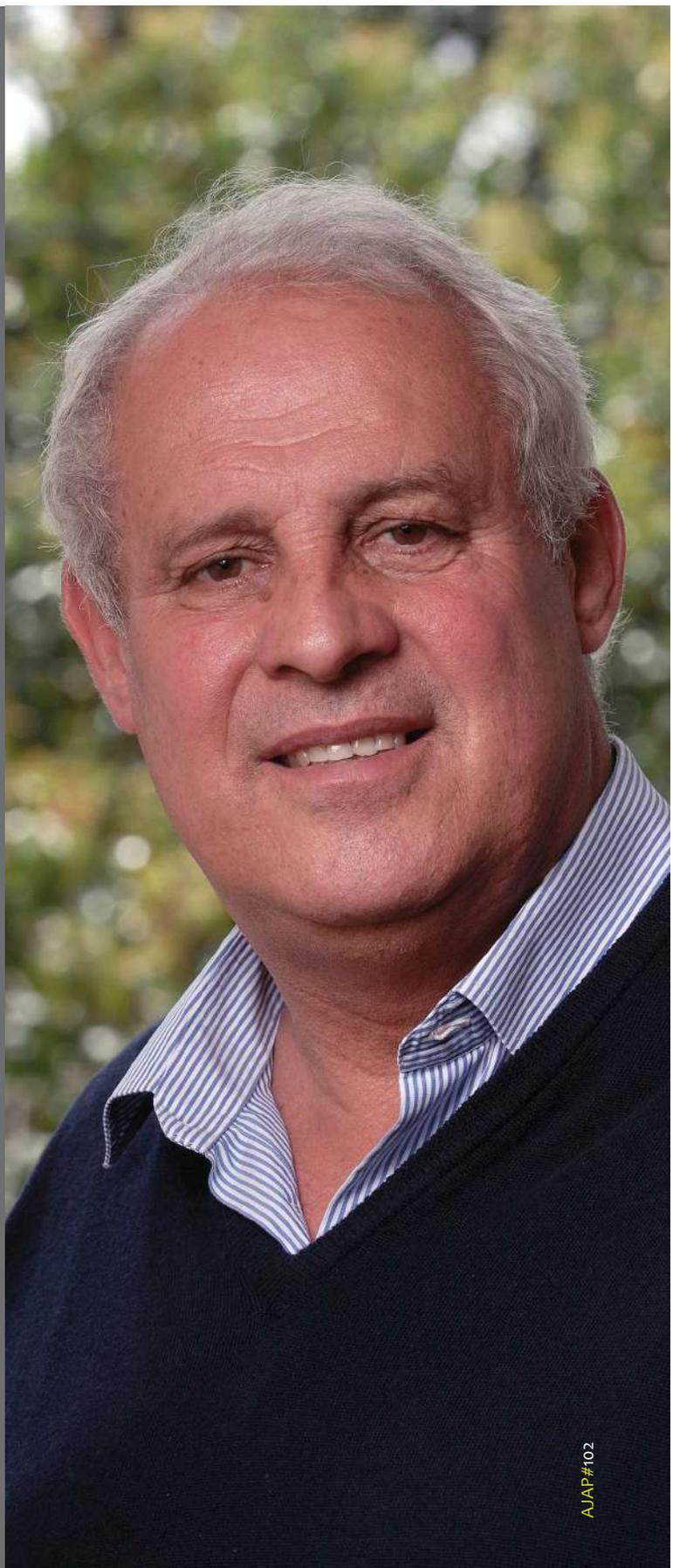
Falemos do fim das quotas leiteiras, que impacto tem esta mudança para o setor nacional ?

O setor leiteiro tem tido um comportamento notável ao longo dos últimos anos, é verdade que o número de produtores tem vindo a diminuir, mas isso era quase inevitável, o país não podia manter muitos pequenos produtores, em condições difíceis quer do ponto de vista estrutural quer do ponto de vista técnico. A produção aumentou com menos gente a fazê-lo. Isto em grande medida deve-se ao aumento da concorrência, à maior exigência por parte do consumidor, e mais concorrência com as indústrias de lacticínios que têm de colocar mais produtos no mercado, e que por isso têm de ser mais exigentes com os produtores.

O fim das quotas leiteiras era algo já esperado há muito tempo, eu entendo as preocupações dos produtores - porque significa mais um elemento em que eles deixam de estar protegidos - mas acho que era muito difícil imaginar que este regime poderia manter-se indeterminadamente. Era inevitável que acontecesse e por isso só nos tínhamos que preparar para isso. É claro que vai ter custos para alguns produtores mas terá depois benefícios para outros, porque vai permitir entrarmos para determinados mercados se tivermos capacidade para o fazer. Eu acho que temos condições para fazer mais do que temos feito até agora.

E o fim deste regime de quotas para os Açores ?

Os Açores são um caso particular, na medida em que têm de facto debilidades adicionais que resultam do facto da região estar afastada e da sua produção ser muito superior aquilo que é o consumo interno, e portanto depender muito daquilo que exporta. É mais exigente esta transformação para os Açores, mas essa exigência deve levar a que, quer do ponto de vista comunitário, nacional e regional haja uma concentração de maior tipo de apoios para que a situação possa ser ultrapassada, quer ao nível da produção como da indústria.



Agora, o que não me parece ser uma atitude que nos leve muito longe, é pensar que esse tipo de apoios são apoios ao rendimento. Naturalmente aquilo que nós nos temos preocupado é viabilizar as explorações agrícolas, mas há duas formas de o fazer: ou tornando-as mais competitivas ou dando mais ajudas à produção. Temos sistematicamente insistido em dar mais ajudas ligadas à produção. Há alguns setores em que isso é inevitável, como é o caso da pecuária extensiva, mas os outros setores que têm condições à partida para serem competitivos, aquilo que nos interessa é apoiar e incentivar para que ganhem competitividade, essa deve ser a grande aposta. E isso passa por melhores estruturas, melhor acesso ao mercado, ganhos tecnológicos, o que obviamente no caso de um conjunto de ilhas, e em termos de acessibilidades, não é muito fácil. Mas, ao mesmo tempo, também têm do ponto de vista da dimensão dos efetivos, das condições naturais para a produção de leite, vantagens em relação ao continente. Quem olhar de uma perspetiva menos apaixonada para esta questão percebe que esta tendência de haver uma cada vez menor proteção, era inevitável. E a perspetiva é que continue a verificar-se essa tendência nos próximos anos.

A própria Comissão Europeia está bastante otimista, porque diz que não espera grandes oscilações nos preços do leite, com o fim do regime de quotas.

Todos os estudos que tenho lido apontam nesse sentido, para algum optimismo por parte da Comissão Europeia, o que não quer dizer que não falhe.

Será que vai falhar nesta previsão ?

Eu acho que temos de ser cuidadosos, temos que nos preparar para encontrar formas de apoiar os nossos produtores, num contexto um pouco mais difícil. Mas temos de o fazer na perspetiva de que aquilo que queremos é produtores que sejam cada vez mais capazes de viabilizar as suas explorações por serem competitivas.

Que balanço faz do PRODER?

Eu acho que começou muito mal, com imensos atrasos, mas a pouco e pouco foi-se compondo e acabou bem, sobretudo na perspectiva da sua execução. Começou muito atrasado, houve transferências de verbas, acabou por haver melhoria em algumas medidas, e chegámos ao fim com uma taxa de execução muito elevada, das mais elevadas na Europa. Desse ponto de vista correu bastante bem. Todos estes programas continuam a ter uma falha porque não há capacidade para avaliar efetivamente os impactos económicos destes projetos, os dados que temos não permitem perceber o que de facto foi feito, a não ser com base nos dados nacionais.

Se um dos grandes objetivos do PRODER era aumentar o

crescimento económico do setor, falhou. Acho que temos de nos preparar melhor no futuro para acompanhar a maneira como as diferentes medidas vão ser aplicadas e os resultados que podem gerar. Precisamos de Organizações de Produtores cada vez mais fortes, um reforço muito grande da nossa capacidade de desenvolvimento experimental e de investigação, mas precisamos muito de investimentos produtivos capazes de gerar riqueza. Eu com isto não estou a dizer que não houve resultados positivos porque de facto existiram, nós conseguimos por exemplo acabar mais cedo com o projecto do Alqueva, um investimento com uma enorme importância para a agricultura alentejana e para o país em geral.

Eu acho que do ponto de vista do que geralmente se avalia como sendo a execução de um programa destes, os resultados foram positivos, mas acho que ainda é cedo para podermos dizer, se de facto sete anos depois, a agricultura portuguesa, nalguns dos aspetos que se pretendia assegurar a sua concretização à partida, se isso mesmo se verificou ou não.

A estratégia levada a cabo por este Governo na preparação do PDR 2020 foi a indicada?

Eu acho que foi, porque houve uma grande participação e começou-se muito cedo a distribuir pelas associações, confederações e organizações de produtores, os documentos que iam sendo elaborados. Não quer dizer que eu esteja completamente de acordo com todas as medidas, ações e soluções que se foram encontrando. Aliás, exprimi-o publicamente e nas reuniões que tive, e depois a própria equipa de avaliação referiu os aspetos mais críticos.

Lembra-se de alguns desses aspetos mais críticos?

Não é nada fácil mudar um programa destes, na medida em que as próprias associações de agricultores e organizações de produtores, estão muito agarrados a medidas que são importantes e interessantes, e não gostam muito que sejam alteradas. Há uma inércia, quer da parte da administração pública, que considera que mudar muita coisa, significa estar a mudar um grosso do que os agricultores já sabiam fazer e porque significa uma alteração de resultados que eles já tinham como garantidos. Ainda assim houve um esforço em ter uma arquitetura mais racional, mais coerente e mais simples. No entanto, não é fácil mudar orientações.

Que jovens agricultores é que nos interessam para o País? Tem havido alguma tendência para motivar os jovens agricultores a fixarem-se, mas há uma questão relevante, que é perceber se eles realmente se fixam ou não.

Evidentemente é desejável que eles se fixem, como é igualmente desejável que quem venha para agricultura, não venha com a ilusão de que é fácil e depois desanimem à

primeira dificuldade.

Acha que é isso que tem acontecido?

Eu acho que ainda é cedo para saber, mas penso que globalmente é muito bom que haja gente nova a interessar-se. Mas tem de haver consciência que a actividade agrícola não é simples e que implica o bom conhecimento daquilo que se faz, dos mercados e de políticas. Neste sentido, a AJAP tem um papel muito importante, no sentido de enquadrar e preparar o jovem agricultor. Acho que é possível, em relação a esta gente mais nova, criar uma forma de perspectivar um futuro diferente, porque também se verifica que há mais profissionalismo na forma como a agricultura se faz. Não é só importante saber produzir, mas também saber a quem é que se vende.

O que acha da figura que a AJAP desenvolveu e defende, a do Jovem Empresário Rural?

Parece-me uma ideia interessante. As explorações agrícolas vão exercer funções que não são meramente agrícolas, ou seja, vão ter outras actividades como o turismo, e isso é positivo.

Acha que deviam existir mecanismos e programas de apoio para esta figura?

Se as várias medidas e ações, e quem as gere, funcionarem de forma minimamente coordenada, talvez não seja necessário existir uma medida específica. O que terá de haver é o reconhecimento de que esse Jovem Empresário Rural, pode vir a desempenhar funções para o qual tem que vir a ser devidamente incentivado. Tem que haver uma articulação entre as várias entidades que fazem a gestão dos fundos. Nas zonas rurais, o ideal é o empresário conseguir explorar a sua parte agrícola e articulá-la com outro tipo de objetivos.

Acha que era altura de o governo adoptar esta figura?

Acho que o governo reconhece que um agente económico, que desempenha de uma forma coerente um conjunto de funções, tal como a AJAP defende na figura do Jovem Empresário Rural, deverá ser motivado e incentivado. É uma ideia interessante, na perspectiva em que cada vez mais os agentes económicos em território rural, vão ser mais do que meros produtores agrícolas. Há uma ideia de multifuncionalidade que os agentes ligados à terra, podem desempenhar.

Se não estivéssemos na UE estaríamos melhor?

Eu acho que estaríamos muito pior. Nós não soubemos em muitas alturas tirar partido do que nos foi oferecido. É evidente que quando se entra para uma UE com uma grande diversidade de situações, não vamos encontrar dentro

das políticas e dos apoios, aquilo que é o ideal e o específico para a nossa agricultura. Mas temos que nos ajustar e tirar o maior partido possível. Nem sempre fomos capazes de perceber o que era mais adequado e não soubemos transmitir isso aos agricultores. Se orientarmos mal os incentivos, os resultados nunca serão tão bons. Portugal tem que perceber o que é que consegue fazer melhor do que os outros e de forma mais diferenciada, e fazê-lo não à custa de bengalas, mas sim à custa da nossa capacidade técnica.

O governo reconhece que um agente económico, que desempenha de forma coerente um conjunto de funções, tal como a AJAP defende na figura do Jovem Empresário Rural, deverá ser motivado e incentivado.



QUINTA DOS AÇORES

Num edifício situado à entrada de Angra do Heroísmo, a Quinta dos Açores Lda, uma das cinco empresas do Grupo Barcelos, iniciou a sua atividade em 2003, funcionando como uma empresa familiar que se dedica à produção, transformação e comércio de carnes e produtos lácteos. Pioneira no comércio e promoção da “Carne dos Açores-Indicação Geográfica Protegida”, mantém-se como a única a comercializar e a promover a carne certificada dos Açores no mercado regional e continental, permitindo a rentabilização das infraestruturas regionais (matadouros) devido a parcerias com Associações e Cooperativas de produtores, e consequentemente uma diminuição da exportação de animais vivos.

Em 2008, face à conjuntura do mercado, a empresa apresentou um projeto para desenvolver e valorizar as duas principais fileiras dos Açores, a da carne e do leite, em produtos de valor acrescentado, tornando atualmente o conceito Quinta dos Açores muito mais abrangente ao englobar a agropecuária, a indústria, o comércio retalhista e a restauração, onde os visitantes se podem deliciar com o resultado final dos produtos já confeccionados. Além das principais matérias com as quais trabalha, a empresa privilegia também os produtos produzidos na região e no continente, contribuindo assim para a riqueza e dinamização do mercado local e nacional.

Inovação e investigação refletem-se na estrutura e nos mecanismos desta empresa, tendo sido distinguida com diversos Prémios, nomeadamente o Prémio “Projeto Inovação” dos Prémios Agricultura 2012. O carácter pedagógico passou a fazer parte do sistema, a partir do momento em que conciliou a indústria da carne e do leite no mesmo espaço, permitiu

aos visitantes o contacto com o processo produtivo, envolvendo-os diretamente no projecto e dando origem a uma proximidade com o produto final, tendo também um papel ativo na formação dos jovens, no sentido de proporcionar estágios em parceria com as escolas e universidade da região. Além do cunho pedagógico, a potencialização e comercialização do produto fresco tem sido uma forte aposta. Através do processo de I+D, conseguiu-se aumentar a validade do mesmo, esta iniciativa levou a empresa a investir na embalagem skin pack para apresentação das carnes de bovino fatiadas frescas, num sistema de embalagem a vácuo. No que respeita ao leite, investiu-se num tratamento por membranas cerâmicas no processo da microfiltração e ultra-filtração, o que valoriza o produto em termos tecnológicos e permite mais dias de validade. Estes investimentos tecnológicos, permitiram a implementação no mercado da carne de novilho em skin pack, do leite fresco microfiltrado, dos iogurtes para beber ultrafiltrados e dos gelados.

Cuidar do ambiente e tornar eficientes os recursos naturais, é também uma prioridade da Quinta dos Açores, e como tal, investiu num sistema de aproveitamento de águas pluviais da cobertura do edifício, que é armazenada num reservatório subterrâneo e serve para a utilização na rega de todo o espaço verde em redor do edifício e na implementação de painéis fotovoltaicos.

Tem sido a partir desta jornada de investigação, de desafio e empenho que a empresa se tem estabelecido e fixado no mercado, tornando-a uma marca de referência.





GALP E AJAP CELEBRAM PARCERIA

Uma iniciativa com tudo para dar bons frutos

Em Março de 2015, foi celebrado um protocolo entre a Galp Energia e a **Associação dos Jovens Agricultores Portugueses (AJAP)**, que resultou na disponibilização do **Cartão Galp Frota Business Agrícola** para os associados desta entidade. Um gesto que sublinha o desejo de uma relação mais estreita com um setor vital para o desenvolvimento e crescimento do país. Saiba mais sobre esta parceria com tudo para lançar as sementes de um futuro partilhado mais promissor.

PORQUÊ UM PROTOCOLO COM A AJAP?

Esta iniciativa foi concebida especificamente para jovens empresários do setor agrícola titulares do Cartão Microcircuito, com frotas de pequena e média dimensão, fortalecendo a relação entre a Galp Energia e a AJAP em nome de estratégias partilhadas que representem valor acrescentado. Este cartão permite beneficiar de descontos imediatos em gasóleo agrícola e combustíveis rodoviários nos postos Galp aderentes em Portugal Continental, oferecendo vantagens em produtos e serviços, o que permite uma poupança significativa.

QUAIS AS VANTAGENS DESTA PARCERIA?

O novo Cartão Galp Frota Business Agrícola mantém todos os benefícios do cartão Galp Frota Business e permite aos titulares do Cartão Microcircuito obter descontos imediatos em gasóleo agrícola, até 6 cênt./lt e combustíveis (gasolinas, gasóleos e GPL Auto), até 7 cênt./lt, na maior rede de postos em Portugal

Continental (oferta limitada ao número de postos aderentes). Este cartão não tem custos de emissão e está pronto a utilizar, sem necessitar de PIN nem de ativação.

COMO VAI A GALP RESPONDER AOS NOVOS DESAFIOS DO SETOR AGRÍCOLA?

Na Galp Energia acreditamos que o sucesso a longo prazo só é possível através de uma estratégia partilhada de criação de valor. Neste sentido, desenvolvemos uma parceria que visa fortalecer a relação com a AJAP. Um compromisso concebido de raiz com o objetivo de conferir maior competitividade ao setor através de vantagens concretas associadas a descontos imediatos. Através de uma monitorização criteriosa ao setor, a Galp Energia compromete-se a atuar sobre o mesmo em função das necessidades e preferências identificadas.

QUE OUTRAS MEDIDAS PODERÃO SER TOMADAS NO ÂMBITO DESTA PROTOCOLO?

Sendo este um setor primordial para a Galp Energia, a consolidação desta parceria representa um dos principais eixos de atuação ao nível da oferta de retalho. É nosso desejo fazer chegar a todos os clientes uma oferta de energia integrada para que, num futuro próximo, os associados da AJAP possam também beneficiar de vantagens na aquisição de outros produtos e serviços que integram a oferta Galp Energia.



COMO ADERIR AO CARTÃO GALP FROTA BUSINESS AGRÍCOLA?

É simples. Basta enviar o pedido de adesão à AJAP. Para mais informações consulte o site www.ajap.pt

CONTACTOS AJAP

Email: olga.leitao@ajap.pt
 Telefone: 213244970
www.ajap.pt



Novo Cartão
Galp Frota Business Agrícola
com descontos imediatos até 6 Cts/Lt.
em Gasóleo Agrícola

**SEM CUSTOS
ADIRA JÁ!**

O cartão **Galp Frota Business Agrícola** mantém **todos os benefícios** do cartão **Galp Frota Business** e permite ainda aos titulares do **cartão microcircuito** obterem descontos em **gasóleo agrícola** na maior rede de postos em **Portugal Continental**.*

PEÇA JÁ A SUA ADEÇÃO COM A AJAP

Email: olga.leitao@ajap.pt | Telefone: 213244970 | www.ajap.pt

* (Oferta limitada aos postos aderentes)

galpfrota[®]
para empresas
que vão mais longe



PROTOCOLO AJAP E CA

O protocolo celebrado entre a AJAP e o Crédito Agrícola está presente em 82 Caixas e permite aos associados beneficiar de um conjunto de vantagens em diversos produtos e com vários apoios associados. Apresentamos duas das Caixas do distrito de Viseu onde é possível ter acesso a esta parceria.

Empenhadas num crescimento profícuo e com solidez, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Dão e Alto Douro, com sede administrativa em Mangualde e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato, com sede administrativa em Viseu, diligenciam-se no sentido de ajudar os clientes e os associados a terem êxito e a desenvolverem projetos e investimentos de sucesso.

Apesar da conjuntura económica que se tem feito sentir, essencialmente nas instituições bancárias, Vítor Gomes, Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Vale do Dão e Alto Douro, faz um balanço positivo dos 35 anos de existência desta agência, mesmo com um início conturbado: *“inicialmente, e dado à agressividade da concorrência, que via a nossa Caixa de Crédito como “o banquinho de aldeia, da agricultura dos pobres”, símbolo de fraqueza e descrédito, procuravam utilizar o medo para captar os nossos clientes. Mais tarde, com a supervisão do BP, a criação de uma Federação Nacional e posteriormente da Caixa Central, vieram tempos de mudança, que deram autonomia e desenvolvimento às diversas Caixas.”*

A Caixa Agrícola de Mangualde e de Viseu assumem uma postura de importantes agentes para o desenvolvimento local e regional. Há um compromisso dirigido à comunidade local, fazendo com que os habitantes no geral e os jovens em particular que pretendam investir no domínio agrícola beneficiem de algumas mais-valias. Desta forma e nas palavras de Vítor Gomes, *“Somos comercialmente agressivos, um banco próximo do cliente, evoluído tecnologicamente e como banco cooperativo completo (banca – seguros), procuramos adaptar os nossos produtos às necessidades e medida dos que nos procuram. Conhecemos melhor do que qualquer concorrente a comunidade onde nos inserimos. Pretendemos que o cliente/associado se sinta realizado, bem servido e satisfeito quando visita uma das nossas agências.”*

SEDE ADMINISTRATIVA: VISEU

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato
Rua Alexandre Herculano ,111, 3510-036 Viseu
Tel: 232 483 570 | Fax: 232 483 579
E-mail: terrasviriato@creditoagricola.pt
Presidente do Conselho de Administração:
Américo Loureiro



SEDE ADMINISTRATIVA: MANGUALDE

Caixa de Crédito Agrícola de Vale do Dão e Alto Vouga
Av. Da Liberdade, 62 – 64 ,3530-113 Mangualde
Tel: 232 623 604 | Fax: 232 623 090
Email: mangualde@creditoagricola.pt
Presidente do Conselho de Administração:
Vítor Gomes

Há uma proximidade e um contacto exclusivo com o cliente que é fundamental, e tal com frisa Américo Loureiro, Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato, refletindo-se na missão e valores da CA, *“assumimos essa postura, porque é junto das comunidades locais que o Crédito Agrícola presta serviço e mantém dessa forma a ligação dessas gentes com a instituição, o que para nós é fundamental.”*

Ambas as instituições bancárias têm, dentro do compromisso local e regional, mantido um importante apoio aos agricultores, proporcionando a elaboração de projetos agrícolas e candidaturas às diversas ajudas ao rendimento, que se dilatou com o Protocolo da AJAP. A Caixa Agrícola de Terras de Viriato, tem desde sempre apoiado esta iniciativa, prestando um auxílio imprescindível e ao qual se almeja dar continui-

dade *“já que concorre para uma maior aproximação das comunidades rurais ao Crédito Agrícola”,* como afirma Américo Loureiro. A Caixa Agrícola do Vale do Dão e Alto Vouga, também tem nas suas raízes o setor primário, com o qual foram prosperando, tal como explicita Vítor Gomes: *“foi com a agricultura e agroindústria que demos os primeiros passos. Temos sempre nas nossas agências um espaço e uma atenção especial para os nossos agricultores, procurando esclarecê-los, ajudando a elaborar as diversas candidaturas e ajudas ao rendimento e a apoiar também na elaboração e financiamento de projetos agrícolas sustentáveis, de modo a poderem obter ajudas através de subsídios ou de juros bonificados. Atualmente já estamos preparados para dar uma resposta técnica na elaboração de candidaturas ao novo quadro comunitário Portugal 2020.”*

O Crédito Agrícola enquanto única instituição financeira portuguesa cooperativa possui características e valores únicos, focada em compreender o cliente, e em ampliar a criação de postos de trabalho e fixar as populações nas regiões.

CA Jovens Agricultores

É A NOSSA TERRA QUE TE FAZ CRESCER

**aTUA
Actividade
& CA**

O Crédito Agrícola e a AJAP apoiam os Jovens Agricultores cá da terra. Juntos desenvolvemos soluções específicas para a Agricultura e Agro-indústria. Consulta os nossos especialistas.

Para mais informações, consulta a tua Agência ou:
Linha Directa 808 20 60 60
 Atendimento 24h por dia. Personalizado de 2ª a 6ª feira das 8h30 às 23h30 e Sábados, Domingos e Feriados das 10h às 23h.
www.creditoagricola.pt

AJAP
 Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

CA
 Crédito Agrícola
 O Banco nacional com pronúncia local.
 Desde 1911

PUBLICIDADE 01/2015



FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Jovens Agricultores

Cursos: M1 – Formação Básica de Agricultura
M2 – Formação Específica para a Orientação Produtiva da Instalação
M3 – Formação de Gestão da Empresa Agrícola
M4 – Componente Prática em contexto Empresarial

Destinatários: Jovens Agricultores que submeteram pedidos de apoio no âmbito da 1ª instalação

PARTICIPAÇÃO GRATUITA

A formação não tem custos para o formando e será organizada em função das pretensões da maioria dos formandos, portanto, pode ser nos horários e locais mais convenientes, condicionado a um mínimo de inscrições. Deverá indicar nas observações a actividade com maior peso económico no projecto.

INSCRIÇÕES ABERTAS

Faça a sua inscrição on-line em <http://ajap.no-ip.org/Default.aspx>

Formação financiada pelo FSE e pelo Estado Português





AJAP APONTOU OS NOVOS DESAFIOS E AS NOVAS OPORTUNIDADES PARA OS AGRICULTORES ATÉ 2020

A AJAP promoveu ao longo do mês de Março um ciclo de seminários sobre os “Novos Desafios, Novas Oportunidades” do Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020. Foram ações bem sucedidas, com a colaboração dos vários intervenientes do setor agrícola e que permitiram o esclarecimento e uma discussão mais aprofundada sobre as principais medidas do novo quadro de apoio comunitário.

No seminário de Cuba, no distrito de Beja, no passado dia 5 de Março, o primeiro painel esteve a cargo de Susana

Barradas, do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, João Ramos, deputado do PCP, Pedro do Ó Ramos, deputado do PSD, Paulo Beça, Director de Marketing Estratégico da Caixa Agrícola e Nelson Figueira, técnico da AJAP.

O debate sobre o PDR 2020 prosseguiu no Alentejo, em Évora, onde houve oportunidade, no dia 13 de Março, de levar a cabo uma análise e discussão mais técnica sobre as medidas inscritas no novo quadro de apoio comunitário. O seminário realizado pela AJAP em colaboração com a ANPEMA - A Associação Nacional dos Pequenos e Médios Agricultores, contou com um painel dedicado à temática das ajudas ao rendimento e ao desenvolvimento rural, nomeadamente no que diz respeito às medidas agro e silvo-ambientais e às de atividade agrícola em zonas desfavorecidas.

Este ciclo de debate e reflexão sobre o novo Programa de Desenvolvimento

Rural terminou em Alfândega da Fé, no distrito de Bragança, local onde houve espaço para apontar os novos desafios e oportunidades para os agricultores até 2020. Com a presença de Luís Capoulas Santos, ex-deputado europeu e relator para a Reforma da PAC e de Manuel Cardoso, o Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, esta sessão promovida para esclarecer a população e os agricultores contou ainda com as intervenções de Susana Barradas, do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, Firmino Cordeiro, Diretor-Geral da AJAP, Jorge Humberto, do Instituto Politécnico de Bragança e Jaime Carneiro, Técnico da AJAP.

OVIBEJA

O mês de Maio arrancou com a importante presença da AJAP na 32ª edição da OVIBEJA. A maior feira agropecuária do sul que começou a 29 de Abril, serviu para os dirigentes da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal distribuírem o **documento 5+5** ao Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, à Ministra da Agricultura, Assunção Cristas e ao Secretário-Geral do PS, António Costa. A AJAP empenhou-se na divulgação das **5 grandes ausências do PDR2020** e voltou a defender as **5 razões para a figura do Jovem Empresário Rural ser incluída no actual Programa de Desenvolvimento Rural**.



AJAP MARCA PRESENÇA NA 4ª EDIÇÃO DA FRUTITEC

A AJAP marcou presença entre os dias 5 e 8 de Março de 2015 na 4ª edição da FRUTITEC - Salão profissional de máquinas, equipamentos, produtos e tecnologia para a fruticultura e horticultura.

O evento dirigido ao sector da hortifruticultura assumiu-se mais uma vez como uma plataforma de contactos e negócios para o sector, este ano com um número record de expositores, contou com a participação de 150 empresas que durante os quatro dias apresentaram soluções para otimizar os processos de plantar, colher, limpar, pesar, calibrar, armazenar, transportar e conservar produtos hortícolas e frutícolas.

FEIRA NACIONAL DE **AGRICULTURA**

FEIRA DO RIBATEJO

**6-14
JUNHO
2015**

SANTARÉM



FLORESTA PORTUGUESA



Centro Nacional de Exposições

WWW.CNEMA.PT



FEIRA NACIONAL DE
AGRICULTURA
RIBATEJO

FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA
CONVITE
VALE UMA ENTRADA

**MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO
CARTÃO DE ASSOCIADO DA AJAP**